



TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

WORK AND THE RISK OF GETTING SICK: THE CASE OF THE FEMALE COMPANY OF THE MILITARY POLICE OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL

EL TRABAJO Y EL RIESGO DE ENFERMAR: EL CASO DE LA COMPAÑÍA FEMENINA DE LA POLICÍA MILITAR DE RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Rafael de Albuquerque Figueiró¹, Adriana Oliveira Dias², Ana Izabel Oliveira Lima³, Hellen Chrystianne Lucio Barros⁴

e381783

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i8.1783>

PUBLICADO: 08/2022

RESUMO

Dentre as categorias profissionais mais suscetíveis ao adoecimento está a dos profissionais da segurança pública. Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo compreender as condições, processos de trabalho e risco de adoecimento entre mulheres da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), Brasil. A pesquisa foi realizada com 20 policiais do batalhão feminino da cidade de Natal-RN, que responderam a um roteiro de entrevista semiestruturado e ao Inventário de Trabalho e Risco de Adoecimento (ITRA), para mensurar processos de trabalho, bem como riscos de adoecimento do grupo pesquisado. Os resultados indicam índices críticos nas dimensões organização do trabalho, relações sócio profissionais, condições de trabalho e esgotamento profissional. Além disso, na dimensão danos relacionados ao trabalho também foram obtidos scores críticos, o que, aliado aos dados obtidos nas entrevistas, sugere um processo de adoecimento relacionado às condições e processos de trabalho na PMRN. Assim, recomenda-se a criação de políticas e programas de saúde que atendam as especificidades dessa categoria profissional, visando minimizar os riscos de adoecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Policiais. Mulheres. Trabalho. Adoecimento.

ABSTRACT

Among the professional categories most susceptible to illness is public security professionals. In this sense, this article aims to understand the conditions, work processes and risk of illness among women in the Military Police of Rio Grande do Norte (PMRN), Brazil. The research was carried out with 20 police officers from the female battalion of the city of Natal-RN, who answered a semi-structured interview script and the Work Inventory and Risk of Illness (WIRI), to measure work processes, as well as risks of illness in the researched group. The results indicate critical indices in the dimensions of work organization, socio-professional relationships, working conditions and professional burnout. In addition, in the work-related damage dimension, critical scores were also obtained, which, combined with the data obtained in the interviews, suggests a process of illness related to the working conditions and processes in the PMRN. Thus, it is recommended the creation of health policies and programs that meet the specificities of this professional category, aiming to minimize the risks of illness.

KEYWORDS: Police officers. Women. Work. Illness.

¹ Psicólogo, doutor em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade Potiguar-UnP.

² Enfermeira, Mestre em psicologia. Polícia Militar do Rio Grande do Norte, Brasil

³ Psicóloga, doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Universidade Potiguar-UnP.

⁴ Psicóloga, doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Universidade Potiguar-UnP.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

RESUMEN

Entre las categorías profesionales más susceptibles de enfermar se encuentran los profesionales de la seguridad pública. En este sentido, este artículo tiene como objetivo comprender las condiciones, los procesos de trabajo y el riesgo de enfermedad entre las mujeres de la Policía Militar de Rio Grande do Norte (PMRN), Brasil. La investigación se realizó con 20 policías del batallón femenino de la ciudad de Natal-RN, que respondieron a un guión de entrevista semiestructurada y al Inventario de Trabajo y Riesgo de Enfermedad (ITRA), para medir los procesos de trabajo, así como los riesgos de enfermedad del grupo encuestado. Los resultados indican índices críticos en las dimensiones organización del trabajo, relaciones socioprofesionales, condiciones de trabajo y burnout profesional. Además, en la dimensión daños relacionados con el trabajo también se obtuvieron puntuaciones críticas, que, combinadas con los datos obtenidos en las entrevistas, sugieren un proceso de enfermar relacionado con las condiciones y procesos de trabajo en el PMRN. Así, se recomienda la creación de políticas y programas de salud que respondan a las especificidades de esta categoría profesional, con el objetivo de minimizar los riesgos de enfermar.

PALABRAS CLAVE: *Policías. Mujeres. Trabaja. Enfermedad.*

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas o trabalho passou por inúmeras transformações, permitindo o surgimento de novos modelos e processos (SILVA, 2012; MAGNAGO, 2012; ANTUNES, 2010; MARTINS; MOLINARO, 2013), o que configurou novas exigências, tanto de organização do trabalho, como da própria atividade do trabalhador, como por exemplo: ritmo acelerado na execução das atividades; o extremo controle das tarefas; a exposição a situações de periculosidade e precarização; a pressão por cumprimento de metas; a sobrecarga de atividades; o acúmulo de papéis, dentre outros inúmeros fatores que corroboram para o desgaste psicológico do trabalhador, podendo levar ao adoecimento (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011).

Segundo dados da Previdência Social do Brasil, entre os anos de 2019 e 2020 houve um aumento de 29% na concessão de auxílio-doença previdenciário para adoecimentos relacionadas a transtornos mentais e comportamentais, ou seja, sofrimentos psíquicos como transtornos de ansiedade e de humor (como a depressão) são a terceira maior causa de afastamentos por incapacidades para o trabalho no país (BRASIL, 2021). No entanto, apesar do crescente número de estudos relacionados aos impactos da organização, processos e condições de trabalho na saúde mental do trabalhador, no Brasil ainda existem poucas pesquisas sobre o trabalho do policial militar (COSTA; ACCIOLY JÚNIOR; OLIVEIRA; MAIA, 2007). Considerando que essa é uma profissão com alto risco ocupacional, onde há, diariamente, o risco de produzir danos a outrem ou ao próprio trabalhador, tornam-se necessários maiores estudos e reflexões sobre essa temática (NICOLAU, 2009).

Torna-se importante destacar que as condições de trabalho se referem às questões mais facilmente perceptíveis do processo tais como a jornada de trabalho, o tipo de contrato de trabalho, o valor da remuneração, o horário de trabalho (diurno, noturno, por turnos) e as condições do ambiente de trabalho. Já o processo de trabalho refere-se à forma como as atividades são realizadas em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

direção a uma finalidade/objetivo. Diz respeito, por exemplo, à hierarquia interna dos trabalhadores, o controle por parte da empresa sobre o ritmo e as pausas de trabalho (LIMA, 2017).

Nesse sentido, o sofrimento mental relacionado ao trabalho, de acordo com Seligmann-Silva (2011), seria promovido pelo impacto da organização, gestão e processo de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores expostos a inúmeros fatores e situações que contemplam, por exemplo, risco de acidente e a integridade física (como no caso de profissões que estão mais expostas a assaltos e demais atos de violência) até a imposição de ritmos de trabalho incompatíveis com a condição humana, e desgaste psíquico em decorrência da anulação da identidade, dos valores e da dignidade dos trabalhadores (LIMA, 2017).

Dentre as categorias profissionais que mais apresentam índices de adoecimentos está a categoria dos profissionais da segurança pública (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Minayo, Souza e Constantino (2008) produziram levantamentos sobre as condições de saúde e trabalho em policiais militares, e verificaram aspectos do trabalho demasiadamente inadequados, entre eles, más condições ergonômicas enfrentadas pelos policiais no dia a dia de sua atividade, falta de equipamentos de segurança, excesso de jornadas, sentimento de insegurança e qualidade de vida reduzida. Os policiais militares vêm apresentando um alto índice de adoecimento, seguido de afastamentos em decorrência de fadigas, desgastes e ausência de equidade no ambiente de trabalho, tornando-se comum o absenteísmo na categoria (WINTER; ALF, 2019).

Diversos fatores colaboram para o adoecimento do policial militar. Para Costa, Accioly Júnior, Oliveira e Maia (2007) a profissão do policial militar (PM) envolve altos riscos, considerando que lidam em seu cotidiano com a brutalidade, a violência e a morte. Outros autores como Winter e Alf (2019), Anchieta e Galinkin (2007), Minayo, Souza e Constantino (2007) e Spode e Merlo (2005) apontam que a profissão dos policiais está entre as categorias que mais sofrem de estresse pela exposição ao perigo constante e agressão, lidando frequentemente com problemas humanos de conflitos e tensões, o que a torna em demasiado vulnerável quanto ao sofrimento psíquico.

Segundo Moraes (2013), a precarização das condições de trabalho a que os policiais são submetidos está relacionada: a) carência de instrumentos de trabalho que lhes garantam segurança e proteção, tais como armamentos, munições, coletes à prova de balas, equipamentos de comunicação e veículos apropriados para o exercício das suas atividades; b) defasagem salarial; c) carência de estruturas nos postos policiais e/ou batalhões; d) jornadas de trabalho excessivas, nas quais chegam a ultrapassar 24 horas de serviço; dentre outros fatores. Apesar desses dados, poucas são as ações e reflexões voltadas para o sofrimento psíquico desses profissionais (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Nesse sentido, o presente estudo objetivou compreender as condições, processos de trabalho e risco de adoecimento no batalhão feminino da PM. A escolha por esse público se deu após uma análise prévia do perfil socioprofissional e epidemiológico dos policiais militares do Rio Grande do Norte, mapeando o índice de afastamento laboral da corporação da grande Natal. Nessa etapa,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

verificou-se que as policiais femininas apresentaram o maior índice de afastamentos laborais por motivo de saúde, o que fez com que este estudo focasse esse grupo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório realizado com Policiais Militares Femininas em Natal /Rio Grande do Norte, que responderam a questionários e ao Inventário de Trabalho e Risco de Adoecimento (ITRA).

PARTICIPANTES

O estudo foi redirecionado ao público feminino da corporação da PMRN, a Companhia de Polícia Feminina (CPFem), que conta com 25 policiais, durante o ano de 2020. Das 25 policiais lotadas na companhia feminina, 20 concordaram em participar da pesquisa.

Com relação aos dados sociodemográficos, todas as mulheres possuem média de idades entre 29 e 39 anos, a metade é solteira (50,0%), 37,5% cursaram o ensino superior completo, a grande maioria exerce o posto de Praça (99,0%), metade atuam há cerca de 26 anos na corporação (50%), 56,25% exercem outras atividades suplementares, 62,5% trabalham em turnos de 24h por 72 horas (24 horas de trabalho, seguidos de 72 horas de descanso).

INSTRUMENTOS

Para esta pesquisa aplicou-se o Inventário de Trabalho e Risco de Adoecimento (ITRA), desenvolvido por Ferreira e Mendes (2003) no intuito de mensurar as condições de trabalho e saúde do grupo pesquisado. O ITRA é qualificado a partir de quatro subescalas (cada escala avaliando alguns fatores específicos) e 128 itens (afirmativos) interdependentes. Cada subescala é composta por aproximadamente 30 itens, e os fatores entre 9 e 12 itens, que consideram as dimensões da inter-relação trabalho e riscos de adoecimentos, já utilizado em outras pesquisas (Mendes & Ferreira, 2007) relacionadas a trabalhadores da segurança pública, com validação nos elementos propostos a medir.

A primeira escala do instrumento se propõe a avaliar o Contexto de Trabalho (EACT) a partir de três fatores: Organização do Trabalho, composto por 11 itens; Condições de Trabalho, composto por 10 itens e Relações Socioprofissionais composto por 10 itens. Essa primeira escala é composta por uma escala Likert de 5 pontos, variando de “nunca” (1) a “sempre” (5). Considera como resultado para o contexto de trabalho os seguintes valores: Acima de 3,7 = avaliação mais negativa, grave. Entre 2,3 e 3,69 = avaliação mais moderada, crítico. Abaixo de 2,29 = avaliação mais positiva, satisfatório.

A segunda escala denomina-se Escala de Avaliação do Custo Humano no Trabalho (EACHT) sendo constituída por três fatores: Custo Físico composto por 10 itens; Custo Cognitivo composto por 10 itens e Custo Afetivo composto por 12 itens. Também composta pela escala Likert de 5 pontos,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

variando de “nada exigido” (1) a “totalmente exigido” (5). Considerando como resultado os seguintes valores: Acima de 3,7 = avaliação mais negativa, grave. Entre 2,3 e 3,69 = avaliação mais moderada, crítico. E abaixo de 2,23 = avaliação mais positiva, satisfatório.

A terceira é a Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), composta por quatro fatores: Realização Profissional com 09 itens; Liberdade de Expressão composto por 8 itens; Esgotamento Profissional com 07 itens e Falta de Reconhecimento composto por 8 itens. Composta por uma escala Likert de 7 pontos, variando de “nenhuma vez” (0) a “seis ou mais vezes” (6). Avaliados em dois momentos, separadamente, prazer e sofrimento no trabalho. Para prazer, quanto mais alto os valores mais positivos os resultados. Acima de 4,0 = avaliação mais positiva, satisfatória. Entre 2,1 e 3,9 = avaliação moderada, crítico. Abaixo de 2,0 = avaliação para raramente, grave. Enquanto para sofrimento, quanto menores os valores mais positivos são os resultados. Acima de 4,0 = Avaliação mais negativa, grave. Entre 3,9 e 2,1 = Avaliação moderada, crítico e Abaixo de 2,0 = Avaliação menos negativa, satisfatório.

A quarta é a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) composta por três fatores: Danos Físicos com 12 itens; Danos Psicológicos composto por 10 itens e Danos Sociais com 07 itens. Essa última escala é composta por uma escala Likert de 07 pontos, variando de “nenhuma vez” (0) a “seis vezes” (6). Para os fatores desta última escala relativa a danos relacionados ao trabalho, os resultados foram classificados em quatro níveis: Acima de 4,1 = avaliação mais negativa, presença de doenças ocupacionais; Entre 3,1 e 4,0 = avaliação moderada para frequente, grave; Entre 2,0 e 3,0 = avaliação moderado, crítico; Abaixo de 1,9 = avaliação mais positiva, suportável.

Também foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, para a caracterização de variáveis sociodemográficas e para compreender as características e os processos de trabalho das policiais em questão.

PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

Este estudo obedeceu aos protocolos do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Potiguar, protocolo CAAE: 83102717.8.0000.5296, de acordo com a resolução 196/96 referente a pesquisas que envolvem seres humanos. Após isto, deu-se início ao processo de coleta de dados.

Assim, o estudo foi redirecionado para a Companhia de Polícia Feminina, com aplicação do ITRA para este efetivo que conta com 25 policiais femininas. Destas, apenas 20 concordaram em participar da pesquisa (através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido-TCLE), Além do ITRA, as participantes responderam às entrevistas semiestruturadas, em horário previamente agendado, no hospital da PMRN, durante os meses de agosto de 2021 a julho de 2022. A entrevista semiestruturada tem por finalidade propor alguns questionamentos básicos sobre o tema



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

em questão, com a capacidade de permitir certa liberdade para explorar outros caminhos e respostas de forma mais livre (MANZINI, 2004).

PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Os dados desta pesquisa foram exportados e tabulados no programa *Excel Microsoft* gerando análises descritivas para os referidos fatores, conforme exposto da tabela (1). Elaborou-se uma distribuição de frequências dos casos em cada um dos níveis de classificação das subescalas do ITRA, a partir das médias e escores fatoriais. A partir disso, foi feita uma análise qualitativa dos conteúdos obtidos através dos questionários (BARDIN, 2010), visando propor uma discussão e aprofundamento sobre os resultados apontados pelo ITRA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela (1) a seguir estão apresentadas as análises de resultados gerais obtidos a partir das quatro escalas do Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimentos (ITRA), aplicado em 20 mulheres, em verificação entre a relação de adoecimentos e o trabalho desenvolvido pelas policiais militares. Para melhor compreensão dos resultados, este tópico está subdividido por escala.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

TABELA 1: Média e desvio-padrão dos fatores de avaliação obtidos através do ITRA

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Classificação
Organização do trabalho	3,574	1,271	Crítico
Relações Socioprofissionais	2,700	1,395	Crítico
Condições de Trabalho	3,500	1,345	Crítico
Custo Afetivo	2,990	1,305	Crítico
Custo Cognitivo	3,520	1,399	Crítico
Custo Físico	2,894	1,351	Crítico
Liberdade de Expressão (Prazer)	4,344	1,829	Satisfatório
Realização Profissional (Prazer)	3,139	2,421	Crítico
Esgotamento Profissional (Sofrimento)	3,124	2,507	Grave
Falta de reconhecimento (Sofrimento)	2,404	2,498	Crítico
Danos Físicos	3,052	2,305	Crítico
Danos Sociais	2,357	2,109	Crítico
Danos Psicológicos	2,581	2,428	Crítico

AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DE TRABALHO

Esta escala do inventário retrata a vivência das participantes a partir de três fatores (MENDES FERREIRA, 2007): quanto à organização do trabalho; quanto às condições físicas, químicas e/ou biológicas para a realização do trabalho; e quanto à qualidade das relações socioprofissionais. O primeiro fator desta escala (organização do trabalho) é constituído pelos elementos prescritos, formal ou informalmente que expressam as representações sobre a divisão do trabalho, as normas, o tempo e o controle exigidos para o desempenho das tarefas.

Os resultados obtidos neste fator mostram uma média avaliada entre os níveis moderado e crítico ($M = 3,57$; $DP = 1,27$). Estes resultados indicam que há grandes cobranças por resultados e pelo cumprimento das normas institucionais, denotando que essas condições de trabalho contribuem para aumentar os problemas quanto à organização do trabalho. Tal fato já havia sido pontuado por Minayo, Souza e Constantino (2008), ao enfatizarem o rigor, obediência às regras corporativas e à



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

hierarquia com o propósito de normatização e rigidez de comportamentos e práticas na corporação policial.

Algumas falas das participantes da pesquisa retratam um pouco desse processo no cotidiano laboral: *“Além estarmos em um ambiente sujo e quente, ainda temos que lidar com pedidos sempre urgentes. Tudo é pra ontem, a sensação é de que você tá sempre com algo por fazer”*. Tal fato já havia sido sinalizado em algumas pesquisas, revelando que estes profissionais se deparam com o crescimento do volume de trabalho (sobretudo pelo aumento da criminalidade urbana) e a falta de efetivo suficiente para atingir os resultados esperados (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

O segundo fator da primeira escala refere-se às relações socioprofissionais, o qual é constituído pelos elementos interacionais que expressam as representações sobre a comunicação e a sociabilidade no trabalho, interação profissional com colegas, chefias e usuários/consumidores de serviços e produtos. Com relação a este fator, os resultados apontam a classificação entre moderada à crítica ($M = 2,70$; $DP = 1,39$). Segundo relato das policiais, as cobranças são sempre mais severas, em tom mais ríspido e, por vezes, desrespeitoso, quando se trata de uma policial feminina: *“Outro dia eu observei que o capitão pedia a mesma coisa de uma maneira muito mais dura quando se tratava de uma policial feminina, ou seja, as relações de trabalho são sempre mais difíceis na cia. Feminina”*. Tal fato já havia sido sinalizado por Capelle (2006), ao refletir sobre as relações de gênero na polícia militar, revelando traços de uma cultura patriarcal e de uma tentativa de masculinização da policial feminina, já que o corpo masculino é tido como o ideal para o exercício da atividade policial.

Ao relacionar estes resultados com aqueles apontados no primeiro fator (organização do trabalho), verifica-se que as policiais possuem pouca participação na tomada de decisão que envolvem seu trabalho, corroborando os resultados críticos referentes à rigidez das normas, à fiscalização do desempenho no trabalho, à forte cobrança por resultados e o ritmo de trabalho excessivo que desempenham no dia a dia.

Quando analisado o terceiro fator sobre as condições de trabalho, obteve-se resultados alarmantes, avaliados como críticos ($M = 3,50$; $DP = 1,34$). Este fator (condições de trabalho) é constituído pelos elementos estruturais presentes no ambiente de trabalho e expressam as representações sobre o ambiente físico, equipamentos, material e apoio institucional voltados para o desempenho e desenvolvimento profissional.

Salienta-se ainda que aspectos relacionados a estes resultados foram enfatizados no decorrer das entrevistas no que diz respeito à aspectos mobiliários, desconforto no ambiente físico e os riscos à segurança, evidenciados na fala da participante (1): *“no nosso dia a dia a ergonomia e as condições de sono não são levadas em consideração (colchões velhos, vencidos, com poeira e ácaro), ar-condicionado sujo [...]”* (P1).

Esta precarização de condições materiais e organizacionais de trabalho podem estar relacionadas ao que vários autores vêm detectando como a crise ou decadência da instituição policial em nível mundial (LÉVY, 1997; BRETAS, 1997a, citados por MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

2007), o que também acontece em nosso no país. Neste caso concreto, ela vem reforçada por vários aspectos, entre os quais nos parecem que dois são os principais: em primeiro lugar, uma consciência muito mais aguda sobre os direitos da sociedade contemporânea, o que a torna muito mais sensível à necessidade de segurança; e em segundo lugar, a real discrepância entre os instrumentos de atuação policial e a força crescente da criminalidade em todo o Brasil, tornando ainda mais difícil o exercício da profissão (SOUZA; MINAYO, 2005; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Além disso, outros autores têm sinalizado para a correlação entre agravos em saúde mental e aspectos da gestão e de relações institucionais (PINHEIRO; FARIKOSLI, 2016; PITTS; FERRAZ; LIMA, 2014). Marçal e Schlindwein (2020) também discorrem sobre o adoecimento dos policiais militares, defendendo a ideia de que os agravos em saúde advêm, principalmente, das condições e da organização dos processos de trabalho, ainda muito aquém do que se espera nesses espaços.

CUSTO HUMANO NO TRABALHO

Na escala de avaliação do custo humano no trabalho são avaliados aspectos físicos, cognitivos e afetivos expressados pelos trabalhadores em esferas individuais e coletivas. Frente às contradições existentes no contexto de produção, estes fatores desafiam o desempenho dos trabalhadores em seu dia a dia.

Dessa forma, a avaliação das participantes para o primeiro fator (custo afetivo) alcançou resultados entre moderado à crítico (M = 2,99; DP = 1,30). Esta média aponta que as exigências a que estão submetidas apresentam dimensões negativas, significando um alto custo humano na execução do trabalho, como forçar a policial a expressar determinado sentimento que não está sentindo.

O ambiente de trabalho é muito cobrado pela sociedade e pelos comandantes [...] fisicamente e psicologicamente. Psicologicamente pela necessidade de estarmos sempre bem, precisa pelo menos demonstrar que está bem... se você tá [sic] mal você é fraco, está de corpo mole... (Fala de uma policial entrevistada).

Estes resultados podem estar associados aos preceitos adotados na corporação, que essencialmente apresentam cargas afetivas altas, pois é uma profissão que gera um alto nível de desgaste psicológico por conviver diariamente com o risco de morte, com situações estressoras e perigo constante, o que se confirma nas entrevistas: “*fora que muitas vezes você tá com medo porque sai de casa, mas não sabe se volta*”. Segundo Anchieta, Galinkin, Mendes e Neiva (2011) em decorrência destes aspectos, pela natureza de suas atividades, os policiais estão propensos à tomada irracional de decisões perante situações violentas ou de vulnerabilidade (contra si ou contra terceiros).

O segundo fator (custo cognitivo) expressa as normas impostas às policiais pelas características do contexto de produção em termos de custo emocional sob a forma de reações afetivas, de sentimentos e de estado de humor. Este fator teve avaliação entre moderado à crítico (M



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

= 3,52; DP = 1,39), em particular os subitens “Ser obrigado a lidar com imprevistos” (M = 4,2) e “Usar a memória” (M = 4,2), corroborando com os dados de Anchieta et al., (2011).

Assim, ao avaliar o custo afetivo e cognitivo, percebe-se que o trabalho dessas profissionais tem apresentado um custo alto, expondo as trabalhadoras a um custo humano alto, podendo gerar problemas a longo prazo (idem; MENDES, 2007).

O prejuízo ou exaustão emocional faz com que o trabalhador se sinta esgotado de forma física e psíquica, de modo que seu desempenho é afetado, gerando dificuldades no dia a dia de trabalho. Em geral, este trabalhador acaba por apresentar este desgaste em razão de sobrecarga de trabalho e tem relação direta com conflitos pessoais no trabalho (MASLACH; SCHAUFELI; LEITER, 2001).

O terceiro fator (custos físicos) expressa o custo corporal imposto às policiais pelas características do contexto de produção em termos de dispêndios fisiológico e biomecânico, principalmente sob a forma de posturas, gestos, deslocamentos e emprego de força física. Nesse quesito também foram obtidos resultados críticos (M = 2,89; DP = 1,35).

Avaliado como crítico, este fator expõe o quanto é exigido do policial em sua forma física para o desenvolvimento de sua atividade: “*Além das condições ruins, calor, móveis e veículos velhos, a jornada em si é muito cansativa... Fora os plantões extras que fazemos pra complementar a renda*”.

INDICADORES DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO

Essa escala se divide na identificação de dois tipos de vivências. A primeira, são as vivências de prazer, individual e/ou compartilhada por um grupo de trabalhadores, de experiências de gratificação provenientes da satisfação dos desejos e das necessidades do trabalhador quando da mediação bem-sucedida dos conflitos, e das contradições gerados em determinados contextos de produção de bens e serviços.

A segunda se refere às vivências de sofrimento, muitas vezes inconsciente, individual e/ou compartilhadas por um grupo de trabalhadores, de experiências dolorosas como angústia, medo e insegurança, provenientes de conflitos e contradições originados do confronto entre desejos e necessidades do trabalhador.

O primeiro fator (liberdade de expressão) é constituído por itens que falam de sentimentos de estar livre para pensar, organizar e falar sobre o seu trabalho. Com relação a este fator foram obtidos os melhores resultados, considerados como positivos e satisfatórios (M = 4,34; DP = 1,82). No entanto, estes resultados mostram que a cooperação e a solidariedade, evidentes nas relações interpessoais na equipe de trabalho, são os aspectos que mais proporcionam sentimentos de prazer no ambiente de trabalho.

Estas vivências de prazer devem ser analisadas com atenção e cuidado, pois podem ser fruto de uma organização do trabalho contraditória, que apresenta condições de trabalho precárias, mas também apresentam elementos de cooperação e solidariedade, que talvez sejam reforçados



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

pelo simples fato de estarem “no mesmo barco” de precarização e, desta forma, se apoiam ao coletivo de trabalho como uma fonte de enfrentamento do sofrimento laboral. Conforme uma das entrevistadas: “*O que salva aqui é grupo, somos muito unidas...*”.

Diante das características desfavoráveis à saúde laboral, o trabalhador desenvolve defesas e estratégias de enfrentamento, as quais permitem que o sofrimento não seja instalado ou que seja minimizado para que não venha causar adoecimento ou mesmo reduzi-lo. A proteção e cuidado da saúde não depende apenas de um indivíduo, mas passa também pelas estratégias coletivas de defesa, as quais desempenham um papel relevante na capacidade de desenvolver sua resistência aos efeitos desestabilizadores do sofrimento.

O segundo fator (realização profissional) é constituído por itens que falam de sentimentos de valorização, realização e orgulho pelo trabalho que realiza, onde também foi obtido resultado crítico ($M = 3,13$; $DP = 2,42$). Contudo, as variáveis consideradas mais prejudicadas foram: “Motivação”, “Valorização” e “Reconhecimento”, o que mostra a necessidade de uma atenção maior da instituição em relação a esses sentimentos expressados pelas policiais.

Cabe ressaltar a relação desses dados com os resultados do item “relações socioprofissionais”, onde se evidencia a falta de apoio das chefias para o desenvolvimento profissional como um dos fatores mais críticos das relações de trabalho da companhia, cujo sentimento é reforçado nestes resultados, especificamente nos indicadores de reconhecimento profissional ($M = 2,43$; $DP = 2,36$), em que o pouco ou não reconhecimento das chefias é um dos fortes indicadores de sofrimento psíquico para estes profissionais.

Assim, como sinalizam os dados da presente pesquisa, o ambiente policial-militar, por ser historicamente dominado pelo gênero masculino, tende a privilegiá-lo levando a figura feminina a um plano inferior, associado a incapacidade e fragilidade em exercer atividades ostensivas, o que acaba por subjugar e estigmatizar o papel da mulher PM, associando a atividade da mulher a um plano inferior, subordinado aos imperativos masculinos, já que inibe, limita, restringe as liberdades que o trabalho (policial) feminino poderia proporcionar. A fala a seguir ilustra um pouco esse problema: “*Eles [a chefia] acham que nós servimos apenas para ser secretárias, enfermeiras, realizar funções burocráticas atrás de uma mesa... Isso, dentro da polícia, é o mesmo que dizer que você é incapaz...*” (P3).

Outros estudos corroboram esses dados ao apontar a dificuldade de ascensão e reconhecimento na carreira (BUENO *et al.*, 2015). Além disso, o referido autor aponta que aproximadamente 40% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio moral ou sexual (na maioria das vezes, praticado por um superior hierárquico) (BUENO *et al.*, 2015).

No que diz respeito ao terceiro fator, esgotamento profissional (sofrimento), são relacionadas as vivências no trabalho com os sentimentos de esgotamento físico e mental como estresse, insatisfação, sobrecarga, frustração, insegurança, cansaço e Síndrome de Burnout. A média levantada no presente fator aponta para uma avaliação de moderada à frequentemente grave ($M =$



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

3,12; DP = 2,50), podendo ser visto como um sinal de alerta para a saúde ocupacional destes sujeitos. Nesse caso, aspectos como o estresse está relacionado a todos os itens que até aqui se mostraram como graves e críticos, pois é um conjunto de fatores que podem levar o sujeito a se sentir exausto, como por exemplo: lidar com a agressividade dos outros, lidar com condições de trabalho precárias e ser obrigado a lidar com imprevistos.

Assim, como já mencionado anteriormente, o policial militar está em estado de alerta constante, vivencia extensas jornadas de trabalho, pressões e tensões, além de péssimas condições de trabalho, fatores estes que interferem significativamente no bem-estar e na qualidade de vida desses profissionais (SPODE; MERLO, 2006; MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). Segundo Paulino e Lourino, são esses os fatores que corroboram para aumento do estresse no desenvolvimento da atividade laboral, e conseqüentemente expõe o trabalhador a situações de risco à saúde mental.

O quarto fator, falta de reconhecimento, é constituído por itens que falam de sentimentos de inutilidade, ansiedade e medo por não atender as expectativas de desempenho e produtividade. A este fator atribui-se resultados críticos (M = 2,40; DP = 2,49). Salienta-se ainda que todos os itens desse fator foram avaliados como críticos por apresentarem médias acima de 2,0. Sobretudo dois itens se destacam em obter menos frequências: “falta de reconhecimento do meu esforço” e “falta de reconhecimento do meu desempenho”. O sentimento apontado no ITRA também foi encontrado nos resultados analisados nas entrevistas, principalmente na fala da personagem 4 ao afirmar:

[...] é muito frequente experimentarmos uma postura de preconceito e descaso por parte dos colegas e superiores, por acharem que estamos fingindo um problema de saúde ou quando o nosso desempenho diminui devido a essas questões relacionadas com a saúde, as quais interferem diretamente na qualidade de vida como um todo.”

A figura feminina não está totalmente inserida nas atividades da corporação, fato evidenciado quando constatado o sexismo dentro da corporação refletido na atitude de colegas que não veem serventia para a policial feminina, a não ser em funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino como setores de educação, trânsito e administrativo. Os estudos de Cappelle e Melo (2010), já apontavam para um predomínio não apenas das mulheres em funções mais subalternas, mas também em áreas administrativas e de relações públicas, tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Mesmo nessas funções, a competência acaba sendo relacionada à adoção de posturas masculinas pela policial militar feminina. O trabalho feminino ainda é visto com relativo descaso, desprestígio, desmerecimento e discriminação. Tal fato é confirmado pelo sentimento de falta de reconhecimento apontado na presente pesquisa, e corroborado por outros estudos (RIBEIRO, 2018; CAPPELLE, 2006, CAPPELLE; MELO, 2010).

AVALIAÇÃO DOS DANOS RELACIONADOS AO TRABALHO

Este item do instrumento diz respeito aos danos físicos, sociais e psicológicos, essencialmente provocadas pelo desconforto com determinados contextos de trabalho. Nessa escala



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

é importante destacar que a análise deve ser realizada de modo diferente das demais. Os itens propostos retratam situações muito graves relacionadas à saúde. Sua aparição em um nível moderado já significa adoecimento (FERREIRA; MENDES, 2007).

O primeiro fator, danos físicos, é constituído por itens que apontam dores no corpo e distúrbios biológicos, causados pelo confronto com determinado contexto de trabalho. De acordo com Ferreira e Mendes (2007), qualquer apontamento para estes fatores já é considerado como adoecimento. Neste fator foram obtidos resultados críticos ($M = 3,05$; $DP = 2,30$), o que tem relação direta com o trabalho desempenhado (patrulhamento ostensivo), e que tende a provocar desgaste físico de modo que estes danos observados são características colaterais do trabalho policial, como apontam Ménard e Arter.

Os danos físicos são relacionados como dores no corpo, síndromes, distúrbios, cansaço, fadiga, irritabilidade, dentre outros fatores decorrentes do desgaste físico e mental enfrentado pelo indivíduo no trabalho, conforme relatam algumas entrevistadas: *“Uma das coisas que observo muito é o meu estresse depois de um dia de serviço... não tenho paciência pra nada, fico irritada com qualquer coisa, e acabo descontando nos outros...”*. Ou ainda: Tais fatores necessitam de cuidado em sua análise tendo em vista que más condições de trabalho, além de consequências adversas ao trabalhador, causam impactos diretos no serviço prestado. Sua avaliação de forma crítica pode ser vista como um indicador de condição limite, que desenvolve ou potencializa o sofrimento, sinalizando estado de alerta (MENDES; FERREIRA, 2007), conforme nos alerta Minayo, Assis e Oliveira (2011), ao identificarem diversos danos físicos entre policiais civis e militares da cidade do rio de Janeiro (dores no pescoço, costas, problemas de visão, dores de cabeça, enxaqueca, dentre outros).

O penúltimo fator, danos sociais, é constituído por itens que falam da percepção negativa de si mesmo, alterações de humor e dificuldades nas relações familiares e sociais, decorrentes do confronto com determinado contexto de trabalho. Este fator atingiu resultados entre moderado a crítico ($M = 2,35$; $DP = 2,10$), e algumas falas apresentadas pelas policiais ajudam a entender um pouco melhor o cenário: *“As vezes eu chego tão pra baixo que não tenho nem vontade de sair. Vida social zero.”* Este item está diretamente ligado ao anterior, danos físicos, tendo em vista o fato de o policial estar exposto a situações de periculosidade e estresse grave, refletindo na necessidade de se isolar socialmente ou mesmo no extravasamento dessas emoções através de comportamentos agressivos: *“É aquela coisa né, muito policial aqui passa ou já passou, fica mais agressivo em casa, com as pessoas do próprio convívio”*.

Por fim, o último fator (danos psicológicos) apresenta variáveis relacionadas a possíveis danos psicológicos causados pelo trabalho. Para este fator consolidam-se resultados críticos ($M = 2,58$; $DP = 2,42$). Os itens que apresentaram resultados mais prejudiciais aos participantes foram: mau-humor, tristeza e irritação, o que fica evidenciado em algumas falas: *“Quando chego em casa as vezes eu só quero me trancar no quarto, não tenho paciência pra nada nem ninguém”*. Estes aspectos têm relativa ligação com os seguintes comportamentos: vontade de ficar sozinho,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

agressividade com os outros e impaciência com as pessoas de modo geral, também medidos neste estudo. Outras pesquisas também têm corroborado esses resultados ao apresentarem, por exemplo, elevado índice de transtornos mentais comuns (TMC), entre policiais militares (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011).

A representatividade destes dados evidencia a presença de fatores como o estresse, esgotamento, sobrecarga de trabalho e falta de reconhecimento no ambiente laboral desta população, encontrando-se este profissional à mercê de efeitos danosos a sua saúde, quer seja ele de ordem física, psicológica ou social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar as condições de trabalho e risco de adoecimento entre mulheres da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), Brasil. Os resultados alcançados demonstram que as dimensões avaliadas no estudo apontam classificações críticas em fatores que comprometem a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores em meio aos processos de trabalho, configurando-se fatores de risco para o adoecimento das policiais, além de produzir prejuízos para o bem-estar físico, mental e social, agravado pela falta condições adequadas para desenvolvimento da atividade. No entanto, apesar da desvalorização profissional sentida pelas entrevistadas, nota-se o apreço das policiais em realizarem suas funções e desempenharem seus papéis mediante empatia ao seu exercício laboral.

Na escala de custo humano no trabalho, as exigências em relação ao trabalho, sinalizadas através do custo afetivo, custo físico e cognitivo, obtiveram os resultados mais críticos pela maioria dos sujeitos da pesquisa. A exemplo estão as exigências elevadas às demandas cognitivas e domínio emocional das policiais, o que torna a realidade de trabalho árduo e expõe a trabalhadora a um custo humano relativamente alto, podendo gerar problemas a curto e longo prazo.

Conforme aponta Silva, Limas e Pereira (2016) estes resultados com relação a organização do trabalho podem estar relacionados a pouca participação do trabalhador na tomada de decisão, comprometendo seu desempenho e corroborando para resultados críticos, além de normas, fiscalização, cobrança por resultados e acelerado ritmo de trabalho. Arelados a isto, estão as disputas no ambiente de trabalho, visto que normas pré-determinadas sinalizam uma lacuna entre o sujeito que planeja e quem executa.

Ressalta-se que na escala de prazer, todos os fatores foram analisados como satisfatórios pelas participantes, tendo destaque a cooperação e solidariedade entre a equipe de trabalho. Porém, nota-se que o sofrimento prevalece quando citados os fatores esgotamento profissional e falta de reconhecimento. Confrontando estes resultados com os da escala anterior, nota-se a dualidade que o trabalho possui em constituir-se fenômeno central na existência humana e contribuir para o sentido do indivíduo enquanto agente de mudança para a sociedade, podendo, a partir do trabalho, o sujeito



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

ter vivências de prazer ou sofrimento, transformando-se e sendo transformado pelo trabalho em situações atípicas e por vezes desfavoráveis para si (REGO; VIEIRA; PEREIRA; FACAS, 2007).

Na escala que mede os danos físicos, sociais e psicológicos, obteve-se resultado entre moderado à crítico. Com esses resultados pode-se compreender que as estratégias de defesa parecem estar presentes entre as policiais, uma vez que, mesmo avaliando o contexto de trabalho de forma crítica, ainda encontram prazer na atividade laboral. Mesmo assim, tais resultados expõem sinais de alerta quanto ao modo de trabalho e riscos de adoecimentos enfrentados pelas participantes do estudo e indica a importância de intervenções neste campo.

Dessa forma, os achados deste estudo apontam para um contexto de trabalho exaustivo, marcado por conflitos e tensões enfrentado pela policial militar, com inadequações no ambiente físico, com condições desfavoráveis ao comprimento de tarefas. Além disso, tais resultados mostram percepções desfavoráveis com relação a presença de mulheres na PM, o que pode ser resultante da recente entrada da figura feminina no mercado de trabalho, bem como em setores da segurança pública.

Este estudo possui um caráter descritivo e exploratório, limitando-se a uma população específica e pequena, relativa ao cenário da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Assim, não há pretensões de generalização para outros contextos. Contudo, entende-se que os achados desta pesquisa fornecem uma importante contribuição para a instituição pesquisada, favorecendo a implementação de políticas de promoção a saúde e bem-estar no trabalho, além de subsidiar e nortear estudos futuros sobre o tema, que o ampliem e possam considerar diversas realidades geográficas do contexto nacional.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, V. C. C.; GALINKIN, A. L. De herói a vilão: as representações sociais de policiais civis sobre sua profissão. **Anais...** V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Brasília, DF, 2007.

ANCHIETA, V. C. C.; GALINKIN, A. L.; MENDES, A. M. & NEIVA, E. R. Trabalho e Riscos de Adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 73-82, 2011.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho: suas principais metamorfoses e balanço preliminar. In: Guimarães, C. (Org.). **Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010. p. 11-28.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRASIL. Trabalho e previdência: acesso a informação de dados abertos. **Boletim Estatístico da Previdência Social**, v. 26, n. 07, jul. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/arquivos/beps072021_final-1.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

BUENO, S. et al. As mulheres nas instituições policiais. **Forum Brasileiro de Segurança Pública**, 2015. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-mulheres-nas-instituicoes-policiais/. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: Subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais. 2006. 378f. Tese (Doutorado) - UFMG, 2006.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.

CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em saúde**. Brasília: CONASS, 2011.

COSTA, M.; ACCIOLY JÚNIOR, O.; MAIA, E. Estresse: Diagnóstico dos policiais militar em uma cidade Brasileira. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 21, n. 4, p. 217-22, 2007.

CRUZ, S. G. F. P. **Herói ou bandido? Estudo sobre a produção de identidade em policiais militares**. 1989. Dissertação (Mestrado não publicada) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

DEJOURS, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz; Paralelo 15, 2009.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). (2007). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 50-92.

LIMA, A. I. O. **Trabalho e saúde mental: o caso dos agentes do sistema prisional no Rio Grande do Norte**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/26494/1/Trabalhosa%20e%20saude%20mental%20Lima%202018.pdf>

MAGNAGO, C. **Gestão do trabalho na Estratégia Saúde da Família em municípios do estado do Rio de Janeiro com mais de 500 mil habitantes: o caso do Rio de Janeiro e Duque de Caxias**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos, 2, A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Baurio: SIPEQ, 1 CD, 2004.

MARÇAL, H. I. F.; SCHLINDWEIN, V. L. C. Prazer e sofrimento na Polícia Militar: uma revisão de literatura. **Trab. Em (Cena)**, v. 5, n. 1, p. 111-135, 2020.

MARTINS, M. I. C.; MOLINARO, A. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1667-1676, 2013.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job burnout. **Annual Review of Psychology**, v. 52, p. 397-422, 2001.

MENDES, A. M. A clínica psicodinâmica do trabalho. In: **Anais...** do V Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Rio de Janeiro, 2012, p.103.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C.; CRUZ, R. M. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: Instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. *In*: MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 111-126.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

MORAES, R. D. Sofrimento criativo e patogênico. *In*: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. (Orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 415-419.

NICOLAU, A. A. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais. **FGR em Revista**, v. 3, n. 4, p. 45-57, 2009.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. **Rev. bras. saúde ocup.**, v. 36, n. 123, p.118-127, 2011.

PINHEIRO, L. R. S.; FARIKOSKI, C. Avaliação do Nível de Estresse de Policiais Militares. **Rev Psicol da IMED**, v. 8, n. 1, p. 14-19, 2016.

PITTS, P. F.; FERRAZ, S. B.; LIMA T. C. B. Qualidade de vida no trabalho: um estudo com mulheres na polícia militar. **Diálogo**, n. 27, p. 57-73, 2014.

REGO, V. B.; VIEIRA, A. P.; PEREIRA, J. A. S.; FACAS, E. P. O trabalho dos digitadores terceirizados de uma instituição bancária pública. *In*: MENDES, A. M. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 303-324.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018.

SANTOS, R. O. B.; HAUER, R.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão e Saúde**, v. 20, n. 2, p. 14-27, 2019.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, R. M.; LIMAS, B. T.; PEREIRA, L. S. Contexto de trabalho e custo humano no trabalho: um estudo com trabalhadores portuários de transporte. **Barbarói**, v. 46, p. 22-38, 2016.

SILVA, V. M. **As organizações sociais (OS) e as fundações estatais de direito privado (FEDP) no Sistema Único de Saúde**: aspectos da relação público-privado e os mecanismos de controle.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: O CASO DA COMPANHIA FEMININA DA POLÍCIA MILITAR DO
RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
Rafael de Albuquerque Figueiró, Adriana Oliveira Dias, Ana Izabel Oliveira Lima, Hellen Chrystianne Lucio Barros

2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SPODE, C. B.; MERLO A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: Uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2005.

WINTER, L. E.; ALF, A. M. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019.
DOI: <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>.